

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
02 de setembro de 2013

Aos dois dias do mês de setembro de 2013, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas, realizou-se a Quadragésima Segunda Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, Senhor DONISETE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida pergunta se alguém deseja fazer alguma avaliação do encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, realizado no dia 19 de agosto, em São Bernardo do Campo. O Prefeito Lauro Michels relata que achou o encontro muito produtivo para a região e gostou das indicações que Diadema obteve, acha que se cada prefeito fizer sua parte será um grande avanço para a mobilidade urbana na região. Informa que já está dando sequência nos projetos executivos do seu município. O Prefeito Luis Gabriel parabeniza o Presidente Luiz Marinho pelo trabalho como Presidente do Consórcio, e pela agilidade em dar andamento nos projetos. Informa até o final de setembro entregará os projetos executivos de Rio Grande da Serra, e agradece pela oportunidade de viabilizar o projeto aos outros municípios. O Prefeito Paulo Pinheiro declara que no caso de São Caetano do Sul cabe reconhecer a responsabilidade do município por não ter os seus projetos em tempo, da mesma forma que ocorre no caso de Ribeirão Pires, mas espera que haja o andamento nos demais municípios para que também o conjunto das cidades possa estar bem atendido, e em São Caetano já busca corrigir o processo. O Prefeito Saulo Benevides concorda com o Prefeito Pinheiro, declarando não haver reparo em relação ao processo conduzido pelo Presidente Luiz Marinho e que cabe agora ao município corrigir o devido encaminhamento dos projetos. O Prefeito Donisete Braga registra o dinamismo e a conduta do Presidente no Consórcio e a conquista para a região que fortalece a instituição, principalmente quando a região se une, iniciando um ciclo muito produtivo, para benefício de todos e fortalecendo a instituição regional. Lembra que foram colocados itens ao final removidos pela equipe do governo federal, mas não cabe timidez na apresentação de propostas. Agradece também ao Prefeito Carlos Grana e Luiz Marinho por viabilizar os recursos correspondentes ao financiamento do projeto, beneficiando aos outros municípios, lembrando a agilidade dos entendimentos desde a visita da ministra Miriam Belchior, bem como a necessidade de atenção aos próximos passos junto ao governo federal, em concordância com o Prefeito Lauro Michels. O Prefeito Carlos Grana também parabeniza pelo projeto, não cabendo reparos, e destacando a dimensão positiva da notícia para o Grande ABC. Relata que no dia posterior esteve em São Joao del Rey para o anuncio do PAC Cidades Históricas, dado que

Paranapiacaba foi contemplada, quando a Presidenta Dilma comentou sobre o evento na região. O Prefeito Luiz Marinho relata que o conjunto dos anúncios foi muito positivo para os sete municípios e que o projeto também irá abranger São Caetano do Sul e Ribeirão Pires, que receberão verba para obras na segunda fase do PAC. Diz que o projeto é de curto e médio prazo e beneficiará a todos, recebendo aparte em apoio do Prefeito Grana, que destaca o corredor São Caetano-Ribeirão Pires. Em relação a Ribeirão Pires, destaca a importância do apoio dos demais municípios ao Prefeito Saulo Benevides, destacando que estão trabalhando juntos para incorporar projetos que poderiam ter sido colocados pela equipe técnica do município, da mesma forma que deve ser feito em relação a São Caetano do Sul. Informa que a visibilidade deste projeto estimula a outros prefeitos das demais regiões a constituir os Consórcios Públicos, destacando que o futuro passa por essa composição; comenta que infelizmente o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano não atua no mesmo sentido, de agilidade na equação de soluções metropolitanas. Recebe o apoio nessa crítica dos Prefeitos Lauro Michels, Luis Gabriel e Paulo Pinheiro, que ressaltam a importância de protagonismo dos Prefeitos para o andamento do referido conselho. O Presidente Marinho informa a previsão de encontro com o Prefeito Haddad, presidente do Conselho conclui parabenizando o trabalho do GT Mobilidade ao longo do processo. Finaliza relatando matéria de imprensa divulgada naquele dia sobre a transferência de renda e solicita ao Secretário Executivo que chame a atenção do GT Assistência Social para as cidades incluírem as pessoas que tem direito aos benefícios previstos no programa Bolsa Família, com articulação junto a outros atores, especialmente no campo religioso, além da atenção de cada Prefeito e respectivas equipes para a ampla inserção de beneficiários, sendo apoiado pelo Prefeito Carlos Grana, que relata a experiência recente positiva de Santo André. Na sequência, passa a palavra à coordenadora do GT Mobilidade, Andrea Brisida.

1. PAC ABC: Detalhamento dos recursos aprovados pelo governo federal e encaminhamentos:

Andrea Brisida inicia resgatando a apresentação realizada no encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, visando posteriormente informar os próximos passos. Lembra que a primeira etapa contempla 134 km de corredores preferenciais para o transporte coletivo, nos quatro eixos prioritários, todos priorizando o transporte coletivo: o corredor Guido Aliberti / Lauro Gomes / Taioca (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), com R\$ 162,5 milhões; o corredor Alvarenga / Robert Kennedy / Couros (Diadema e São Bernardo), com R\$ 306,3 milhões; o corredor Leste-Oeste, também beneficiando Diadema e São Bernardo, com investimento previsto de R\$ 181,2 mi; e o corredor Sudeste, com R\$ 137,8 milhões envolvidos e benefício direto para Santo André, São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Destaca a relevância do pacote completo anunciado pelo governo federal, com praticamente R\$ 2 bilhões anunciados. O Prefeito Lauro solicita esclarecimento sobre a dimensão do corredor de transportes coletivos anunciado, sendo informado por Andrea Brisida que na primeira etapa serão cerca de 50 km contemplados. Informa que consta na pasta de cada prefeito o detalhamento das obras com cada valor, além de tabela com previsão de início e término das obras contempladas. Informa que os secretários de mobilidade também receberam o mesmo detalhamento na última reunião, realizada em 29 de agosto, e pede a avaliação das Secretarias Municipais no menor prazo possível. Alerta que deve ser publicado nos próximos dias o decreto federal de transferências

obrigatórias, formalizando o anúncio para dar continuidade ao projeto. Informa que algumas prefeituras se comprometeram a fazer seu próprio projeto, por isso ressalta a importância de cumprir este prazo, além disso a expectativa é que Consórcio receba o recurso para projetos, na ordem de R\$ 31 milhões, e o GT Mobilidade já está trabalhando no termo de referência. Informa ao Prefeito Donisete Braga que no caso de Mauá não haverá item de financiamento. Prefeito Carlos Grana pergunta se os projetos de obras serão contratados pelo Consórcio. Andrea informa que alguns desses projetos serão, o que já está definido junto com os secretários de Mobilidade. Para a elaboração dos projetos de engenharia, o Consórcio deve fazer a contratação de quatro projetos, conforme aprovado em assembleia anterior. Em São Bernardo do Campo todos os projetos serão feitos pela Prefeitura, em função de contrato já existente. O Secretário Executivo informa que a publicação deverá ocorrer nos próximos dias. O Presidente fala sobre o resultado do PRM e fala que trabalhando em conjunto é possível construir um bom trabalho, por isso solicita aos demais prefeitos que verifiquem com os respectivos secretários o andamento e cobrem a participação nos projetos e nos grupos de trabalho. Ao mesmo tempo, lembra que existem grupos onde a participação de determinadas cidades tem sido fragilizada. O Secretário Executivo informa que alguns alertas estão sendo enviados via assessores regionais e que alguns grupos estão entrosados, a exemplo de Saúde, Segurança, Planejamento Urbano, porém outros ainda não estão participando ativamente. Andrea aproveita para comentar sobre a necessidade do licenciamento ambiental, inclusive com a Cetesb, excetuando Santo André e São Bernardo do Campo que podem fazer determinadas ações de licenciamento ambiental. O Prefeito Lauro Michels pergunta por que o município de São Bernardo do Campo não precisa enviar alguns tipos de obras para aprovação da CETESB. O coordenador do GT Meio Ambiente, João Ricardo Caetano, responde que Santo André e São Bernardo do Campo possuem convenio com a CETESB para municipalizar alguns tipos de licenciamento. Prefeito Lauro solicita que envie uma cópia deste convenio para que possa avaliar essa oportunidade.

Dando prosseguimento, a secretária de Habitação de São Bernardo do Campo, Tássia Regino, toma a palavra e lembra que ao contrário da mobilidade, os projetos de habitação não foram construídos regionalmente, mas apresentados enquanto demandas municipais. Inicia um conjunto de informações sobre os próximos passos para contratação formal dos recursos, sendo a maioria destes destinado para habitação e contenção de encostas, que foram apresentados de forma articulada com as demandas do Estado junto à União. Relembra que também foi anunciada, pela presidenta Dilma Rousseff, a liberação de R\$ 104 milhões para obras de contenção de encostas em 113 áreas de risco alto ou muito alto localizadas em Diadema (28 setores), Mauá (54 setores) e São Bernardo do Campo (31 setores), apresentando o detalhamento das áreas. Os investimentos anunciados envolvem também o Programa Minha Casa Minha Vida, que receberá R\$ 644 milhões para reassentamento de famílias em Áreas de Preservação Permanente (APP) e de 15 comunidades de Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá. Esses municípios também receberão R\$ 542 milhões para Infraestrutura (água e esgoto), com benefício para 80 mil pessoas, havendo recursos específicos também para projetos. Tássia Regino informa que nesta etapa de contratação é importante os prefeitos compreenderem o conjunto da operação e acionarem as equipes para trabalharem de acordo com os prazos. Nos próximos dias será publicada no Diário Oficial a portaria que formaliza a reserva dos recursos dos projetos e a partir disso começam

a contar os prazos. Na sequência será publicado o decreto inserindo a operação no PAC; Tássia Regino informa que o prazo de liberação de desembolso é de 12 meses, considerando aprovação de projeto, licitação de obra, e início e término de obra. Para obras que têm projetos, as prefeituras que já tem projeto, entregarão o projeto e o orçamento na CAIXA. Após análise, a CAIXA emite o LAE (Laudo de Análise de Engenharia) e a SPA – Síntese de Projeto Aprovado, que define as condições físicas e financeiras da obra a ser licitada. A Prefeitura assina Termo de Compromisso com a CAIXA, sendo que neste momento o recurso liberado não tem mais correção. A SPA – Síntese de Projeto Aprovado é homologada pelo Ministério das Cidades. Com o SPA homologado a Prefeitura está autorizada a fazer a licitação. O processo licitatório é enviado para análise da CAIXA. Após a aprovação da CAIXA, cada Prefeitura pode assinar o contrato com a empresa vencedora e encaminha contrato para a CAIXA, que verifica o cumprimento de eventuais cláusulas suspensivas e então autoriza emissão da ordem de início do serviço ou da AIO (Autorização de Início de Objeto). Para obras que não têm projetos, as prefeituras entregarão na CAIXA o Termo de Referência para contratação de projetos, o que vai configurar a 1ª etapa do empreendimento. Daí pra frente o processo é o mesmo, só que para a contratação dos Projetos: LAE pela CAIXA, SPA pelo MCIDADES, licitação pela prefeitura, AIO pela CAIXA. Quando os projetos ficarem prontos, a Prefeitura vai à CAIXA e abre a etapa de execução das obras, seguindo o mesmo processo acima, a partir do item 4. O Prefeito Lauro Michels pede que seja disponibilizado pela Secretaria Executiva o material apresentado, com resposta positiva, sendo o material entregue ainda durante a Assembleia; a secretária Tássia Regino complementa com informações relacionadas à documentação necessária, e às cláusulas ditas suspensivas, como relativas ao impacto das obras de mobilidade contempladas sobre famílias e negócios, devendo ser informados os planos de reassentamento, ou ainda o licenciamento ambiental; fala ainda sobre a diferença nos trâmites para viabilização de programa MCMV em relação ao PAC. As OBRAS DO PAC são licitadas, contratadas e geridas pela Prefeitura. Seus recursos passam pelo orçamento do município. As OBRAS DO MCMV são contratadas com empreendedor privado. Mas a Prefeitura, que é beneficiária do Projeto, tem prazo para tomar as providências de viabilização (aprovação/apresentação de projeto viabilizado sem aporte da Prefeitura, desapropriação de terrenos, chamamento para aporte de recursos complementares, etc). Este prazo vincula o desembolso das obras de urbanização. Os recursos não passam pelo orçamento do município, exceto aqueles que eventualmente o próprio município aportar. O Prefeito Carlos Grana comenta sobre a ligação desse processo com o programa estadual denominado Casa Paulista, sendo confirmado pela secretária Tássia essa necessidade. No caso dos projetos para as obras de encostas, no caso de Diadema, como não tem projetos básicos, sua primeira etapa será para elaboração de projetos. O documento técnico para esse tipo de operação é o Termo de Referência para contratação dos projetos. Quando tiver os projetos prontos, ela os entrega na CAIXA e começa a 2ª etapa, que a execução das obras. Em São Bernardo do Campo, existe parte dos projetos prontos e outra parte em execução, mas não vai precisar de recursos nossos para elaborá-los. Neste caso, deve entregar na CAIXA os projetos prontos e respectivos orçamentos e aprovarão uma 1ª etapa. Assim que terminar os demais projetos, entregam na CAIXA e aprovam a 2ª etapa. Em Mauá tem alguns projetos, mas precisarão de recursos para fazer outros. Logo, sua situação é uma mistura dos dois casos anteriores. Precisarão calcular e avaliar a pertinência de

dividir em etapas como fará São Bernardo. Tássia Regino informa que posteriormente, encaminhará o manual de apoio para as referidas contratações e poderá realizar uma reunião de orientação com os secretários de cada município, com a presença de representantes da Caixa, coordenada pela Secretaria Executiva do Consórcio. Não havendo novas dúvidas ou questões, fica definido esse encaminhamento, e o Prefeito Luiz Marinho agradece sua presença e dá sequência na pauta.

Orçamento 2014: Proposta e Deliberações:

O Secretário Executivo inicia sua exposição sobre a proposta orçamentária, dando sequência à apresentação da Assembleia anterior, agora com valores definidos em função do informe sobre as receitas correntes líquidas, confirmadas pelas respectivas secretarias de finanças. Em apresentação em slides, relata alguns dos principais desafios institucionais do Consórcio nos próximos quatro anos, como fortalecimento Institucional: execução do Plano de Mobilidade Regional; novos contratos de programas derivados do PPA Regional 2014/17: contrapartidas e elaboração de estudos e projetos; comunicação e campanhas de caráter regional, como a Campanha Travessia Segura apresentada anteriormente; a criação de um Sistema de Informações Regionais, também referida como Observatório Regional; os investimentos em Infraestrutura, consistindo em sistemas e equipamentos, orientados para o monitoramento e a constituição de bases de dados regionais, bem como de um Centro de Controle Operacional; o fortalecimento da equipe técnica, visando ampliar a capacidade de gestão e suporte técnico. A base de cálculo do orçamento é composta pelas receitas correntes de 2012 com atualização monetária pelo IGP-M médio entre 2012 e 2013, totalizando R\$ 6.567.898.000,20, mesma ordem de grandeza do orçamento de 2012. Com o parâmetro atualmente adotado, de 0,11% do total das receitas correntes líquidas, o orçamento passaria a ser de R\$ 7.224.687,80 distribuídos proporcionalmente pela participação de cada município na soma global. A referida distribuição proporcional seria: Santo André R\$ 1.521.519,25; São Bernardo do Campo R\$ 2.812.570,96; São Caetano do Sul R\$ 885.024,26; Diadema R\$ 955.826,20; Mauá R\$ 773.764,06; Ribeirão Pires R\$ 210.960,88 e Rio Grande da Serra R\$ 65.022,19. O Secretário Executivo destaca que essas proporções mudam ano a ano, de acordo com as receitas realizadas nos municípios. A proposta da Presidência do Consórcio para 2014 é passar para o parâmetro de 0,50% da RCL, totalizando R\$ 32.839.490,00. A distribuição proporcional seria: Santo André R\$ 6.915.996,59; São Bernardo do Campo R\$ 12.784.413,46; São Caetano do Sul R\$ 4.022.837,53; Diadema R\$ 4.344.664,53; Mauá R\$ 3.517.109,38; Ribeirão Pires R\$ 958.913,11; e Rio Grande da Serra R\$ 295.555,41. Na situação atual seriam mantidos os projetos atuais, lembrando que no momento atual a maior parte da disponibilidade de recursos está no campo da mobilidade. O parâmetro de 0,50% seria disponibilizado da seguinte maneira, em ordens de grandeza: programas Casa Abrigo e Funcraf R\$ 1,5 milhão; despesas com pessoal e contratos vigentes R\$ 5,0 milhões; Campanha Travessia Segura R\$ 16,0 milhões e disponibilidade para novos projetos de R\$ 10,0 milhões. O Prefeito Lauro Michels observa que seu orçamento já está comprometido, por isso não consegue disponibilizar esse valor em cima de sua receita, sugere uma nova discussão do valor e pede a sugestão dos demais prefeitos para entrarem num consenso. O Prefeito Luis Gabriel sugere uma reunião dos secretários de finanças, ao que responde o Presidente Luiz Marinho dizendo que a decisão é dos Prefeitos e que se trata de uma decisão política, não sendo necessária a reunião entre os secretários

de finanças, a quem cabe cumprir o planejamento aprovado em cada cidade e no próprio Consorcio. Destaca que a importância da decisão está em dotar o Consorcio de recursos para sua maior efetividade; considera que o ideal para a região seria o parâmetro de 3%, entendendo que cabe chegar a esse nível de relevância. O Prefeito Saulo Benevides lembra que haverá impacto positivo decorrente do ISS relativo a projetos e obras do plano de mobilidade. O Prefeito Donisete Braga considera que vale a pena elevar os recursos e informa sobre a entidade denominada Caminho Flamarion, que atende a cidadãos em recuperação por questões de saúde mental, e que tem âmbito regional, informando que gostaria de colocar esse tema no âmbito do Consórcio, devendo encaminhar para a Secretaria Executiva esse informe mais detalhado. Enfatiza a necessidade da força coletiva da entidade. O Prefeito Lauro Michels destaca a responsabilidade do pagamento dos valores aprovados junto ao Consorcio, e o Prefeito Donisete Braga concorda com a observação do Prefeito Saulo Benevides sobre os impactos dos tributos futuros no campo da mobilidade. Sendo assim, o Presidente Luiz Marinho sugere que o orçamento tenha um crescimento gradual, em 2014 com o fator 0,30% da RCL 2012 e em 2015 passando a 0,50%. O Secretário Executivo apresenta a nova simulação que totaliza receita de R\$ 19.703.694,00 divididos entre os municípios da seguinte forma.

MUNICIPIO	Fator aprovado - 0,30% X R\$ 6.567.898.000,20			
	Funcraf	Casa Abrigo	Rateio	Total
Santo André	52.341,50	277.992,00	3.819.264,46	4.149.597,96
São Bernardo do Campo	96.754,72	513.876,00	7.060.017,35	7.670.648,07
São Caetano do Sul	30.445,55	161.700,00	2.221.556,96	2.413.702,52
Diadema	32.881,20	174.636,00	2.399.281,52	2.606.798,72
Mauá	26.618,11	141.372,00	1.942.275,52	2.110.265,63
Ribeirão Pires	7.257,23	38.544,00	529.546,64	575.347,86
Rio Grande da Serra	2.236,82	11.880,00	163.216,43	177.333,25
TOTAL	248.535,12	1.320.000,00	18.135.158,88	19.703.694,00

A disponibilidade para novos projetos, excluídos o comprometimento com os atuais contratos de programa e o custeio da estrutura interna, ficaria em torno de R\$ 13,6 milhões. O Prefeito Marinho solicita esclarecimento sobre a cobertura do Programa Travessia Segura, sendo informado que não caberia o projeto na sua totalidade, cujo custo original estimado foi da ordem de R\$ 16 milhões. O Prefeito Carlos Grana reitera o compromisso de todos com o parâmetro 0,30% em 2014 e 0,50% em 2015, mas questiona a execução do programa Travessia Segura em 2014, sugerindo adequar o projeto ao orçamento ao invés de utilizar o valor integral de R\$ 16 milhões, reduzindo no próximo ano para ser ampliado em 2015, ou mesmo priorizando ações como a implantação das ciclofaixas. Andrea Brisida fala da obrigação com o Código Brasileiro de Transito, destacando a necessidade de se ter um projeto de impacto para a efetiva implantação do programa. Diz que não é possível manter o programa no ritmo que está, sem avanços, sendo necessário investir para alcançar mudanças e resultados, expandindo o programa. O Prefeito

Lauro Michels pede aos demais prefeitos a posição explícita em relação ao parâmetro proposto: os Prefeitos Paulo Pinheiro, Gabriel Maranhão e Saulo Benevides concordam com a proposta de orçamento, e o Prefeito Lauro Michels destaca que haverá uma nova disponibilidade de R\$ 13,6 milhões para que seja distribuída entre as necessidades de fortalecimento do Consórcio. O Prefeito Luiz Marinho alerta para a necessidade de adequar o programa Travessia Segura em 2014; o Prefeito Luis Gabriel coloca a possibilidade de distribuir o projeto Travessia Segura entre 2014 e 2015, com o comentário do Presidente Luiz Marinho de que trata-se de uma campanha permanente e continuada. Andrea Brisida lembra que além do recurso, deve ser dada a devida relevância do projeto em cada município, com parcerias e avanços. O Presidente Luiz Marinho solicita que a Campanha Travessia Segura seja iniciada em 2014, adequando o projeto ao longo do tempo; reitera que o debate sobre orçamento é totalmente pertinente, e o Consórcio deve atuar de modo correspondente aos anseios da região, não havendo constrangimento em relação aos argumentos colocados durante a discussão, lembrando a importância desse aprendizado para todos os municípios e todos os Prefeitos ao longo dos próximos quatro anos, para que daqui a vinte anos possam ter orgulho do que foi plantado nesse momento.

Sinalização Turística Regional. O Secretário Executivo dá sequência, convidando o assessor regional de Ribeirão Pires e coordenador do GT Turismo, Senhor Marcelo Liochi, para abordar o tema. Destaca que a proposta surgiu do Prefeito Luis Gabriel, que informa ter conhecimento do portfólio de projetos interessantes relacionados ao tema em outros locais do país. Antes da apresentação, o Presidente Luiz Marinho questiona o custo global do projeto, e se além do GT Turismo trazer a proposta, conseguiu também o recurso para financiamento do projeto, com resposta negativa do Sr. Liochi. O Prefeito Luis Gabriel declara que esse projeto poderá entrar como contrapartida dos investimentos recebidos no PAC Mobilidade. O Presidente Luiz Marinho fala que o GT Turismo precisa verificar se existe fonte de financiamento que possa ser acionada, pois os Prefeitos não irão se colocar contrariamente, mas visando estudar de modo consistente a proposta. Levanta sobre a hipótese de apresentação junto ao Ministério do Turismo. O Prefeito Carlos Grana lembra que no caso de Paranapiacaba foram levantados recursos da ordem de R\$ 500 mil para sinalização. Na sequência, Marcelo Liochi convida o Sr. Silvano, representante da empresa Icon, que inicia sua apresentação (documento anexo); informa que o projeto já foi implantado no município de Olinda, em Pernambuco. O projeto consiste em estabelecer referenciais de localização para usuários que desconhecem o deslocamento nas vias. São divididos em pólos de atração e pólos externos, sendo que primeiramente é realizado um processo de identificação de perímetro, na sequência é realizado um levantamento em cada região, identificando também os espaços para instalação das placas indicativas. Além disso, são instaladas placas de direcionamento turístico, pórticos rodoviários nas entradas dos municípios, placas de chegada aos atrativos e placas explicativas com área para o texto de identificação do ativo em também em braille. O projeto tem diretriz de sinalização turística na região, sendo apresentados os diversos aspectos correlatos no caso de Olinda. O Presidente Luiz Marinho pergunta se há questionamentos específicos. O senhor Marcelo Liochi aponta para a existência do inventário turístico regional, além do reconhecimento do Consórcio no âmbito estadual, o que poderá apoiar um projeto desse porte, se possível antes da Copa do Mundo 2014. Como encaminhamento específico, fica a proposição de avaliar o Prodetur, cabendo ao GT

Turismo o adequado delineamento do projeto, incluindo soluções de financiamento.

SEBRAE/Prefeito Empreendedor: o Secretário Executivo convida a Sra. Cintia Gomes Bertão, Consultora Jurídica e Agente de Políticas Públicas do SEBRAE ABC, que informa ter realizado a mesma apresentação ao GT Desenvolvimento Econômico do Consórcio. A apresentação traz o escopo do Prêmio Prefeito Empreendedor, criado em 2001, como instrumento para firmar o tema do desenvolvimento econômico e dos pequenos negócios como prioridade na gestão pública, com a identificação, avaliação, valorização e disseminação de iniciativas realizadas nos municípios brasileiros que geraram impacto positivo para o empreendedorismo local. O objetivo do prêmio é reconhecer a capacidade administrativa dos gestores que elaboraram os melhores projetos e implantaram ações em favor do surgimento e do desenvolvimento de pequenos negócios em seus municípios. A próxima edição do prêmio dará oportunidade aos novos Prefeitos que estão em início de gestão para inserirem novos projetos, inclusive os que não tiveram reconhecimento inicial. A ideia é na região do Grande ABC inserir projetos de todos os municípios. A apresentação também aborda os princípios fundamentais da Lei Geral da Microempresa, inclusive a própria contratação de produtos ou serviços de pequeno porte nas licitações municipais. Também destaca a relevância da modernização do atendimento aos empreendedores. Lembra que no Grande ABC todos os municípios regulamentaram a referida lei; finaliza com o MEI, ressaltando a dificuldade dos municípios em lidar com a legislação e a prática dos procedimentos cabíveis. O prazo para inscrição é até 15 de Outubro, e a Sra. Cintia Bertão se coloca à disposição dos Prefeitos para fazer um levantamento dos projetos em cada município, inclusive contemplando projetos de outras áreas. Os sete municípios sempre tem participado, possuem selo de reconhecimento, e poderão concorrer nas diferentes categorias da edição 2013. A premiação será em dois momentos, estadual e nacional, sendo que está é a primeira vez que haverá premiação regional dentro do premio estadual. A consultora solicita que os prefeitos informem a existência de outras áreas interessantes para a prospecção de projetos com potencial de candidatura.

Informes: o Secretário Executivo inicia os informes destacando o calendário das Plenárias do PPA Regional Participativo. Informa que o material de divulgação está sendo produzido e será distribuído em todos os municípios. Na sequência, informa que não haverá apresentação do GT Criança Prioridade I, sobre a adesão ao programa "Prefeito Amigo da Criança", Fundação ABRINQ, lembrando que o material foi incluído nas respectivas pastas. O Secretário Executivo reitera a todos o pedido para participarem das Plenárias do PPA Regional Participativo, que terão início no dia 10 de setembro, às 19h, em São Bernardo do Campo, e também a participarem do 12º Congresso de História do Grande ABC, que será realizado de 11 a 13 de setembro, em Mauá. O Prefeito Luiz Marinho convida também para participação no encerramento dos festejos de aniversário de São Bernardo do Campo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-.-.-.-

.....

Região do Grande ABC, em 02 de setembro de 2013.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS SOBRINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 42ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.